

Notas e informações

Pressão sobre a Constituinte

Foram poucas as vozes que, fora da Assembléia Nacional Constituinte, apontaram a aberração jurídica em que se constituía um artigo de seu regimento interno, o qual obrigava rádios e televisões a transmitir o noticiário do que acontecia na Assembléia. Inutilmente se tentou demonstrar que uma norma menor, destinada a regular a maneira pela qual deveriam decorrer os trabalhos do corpo político incumbido de elaborar a nova Constituição, só poderia ter efeitos *interna corpore*, nunca obrigando — *como se lei fora* — os cidadãos ou os concessionários dos serviços de radiodifusão e televisão. O protesto passou despercebido e a maioria dos constituintes, possivelmente desejando que seu trabalho fosse conhecido do grande público, aprovou o artigo sob censura.

O resultado foi o que se viu; ainda recentemente, deputados de diferentes partidos protestaram contra o fato de o noticiário favorecer os constituintes marcadamente à esquerda. A Mesa da Assembléia silenciou sobre a denúncia e o protesto. Com certeza, ninguém deseja quebrar lanças para que o povo saiba o que de fato acontece, desde que o preço da porfia seja indispor-se com a esquerda, minoritária, mas ativa.

Quem ouviu, ontem, um desses pequenos noticiários transmitidos pelas rádios terá tido oportunidade de registrar que a denúncia era correta: os responsáveis pelo texto lido, deliberadamente se esquecendo de que a esquerda obteve vitórias sensíveis em muitas comissões temáticas, insistiram em que "os conservadores" — esse foi o qualificativo — tinham triunfado na Comissão de Ordem Econômica. Várias vezes a expressão "conservadores" foi empregada para marcar aspectos do anteprojeto do deputado Bernardo Cabral, especialmente no tocante à reforma agrária. Mais ainda, em vez de limitar-se a transmitir o que vai pela Constituinte, os responsáveis pelo pro-

grama insistiram em dizer que os "progressistas" estavam convocando o povo em todo o Brasil para assinar emendas constitucionais: sem pressão popular sobre a Constituinte — esse foi o sentido das palavras — não haverá reforma agrária nem se terá uma Constituição popular. O noticiário informou em que dia de julho haverá um dia nacional de coleta de assinaturas e instruiu que cada eleitor só poderá assinar três emendas constitucionais. Preconizou-se, em suma, a democracia plebiscitária, ou a democracia direta consagrada pelo regimento interno.

Não pára aí o desserviço que o serviço de divulgação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte presta aos deputados e senadores que não nutrem ilusões sobre as teses esposadas pela esquerda. Até a tentativa de indispor as Forças Armadas com o povo trabalhador foi feita. No dia seguinte, ou dois dias depois, ao que o ministro do Exército disse que a anistia era inaceitável para as Forças Armadas e condenou a estabilidade e a semana de 40 horas, o serviço de divulgação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte fez questão de difundir as posições do general Leônidas Pires Gonçalves. Divulgou-as de maneira curiosa, no entanto. Num primeiro tempo, reproduziram-se as palavras, ou o sentido delas, do ministro do Exército. Depois, fez-se conhecer a posição do presidente da associação que defende a inclusão da anistia na Constituição, segundo a qual eles não estavam propugnando a reintegração de ladrões e assassinos nas Forças Armadas. Finalmente, o locutor leu o seguinte texto: "O ministro do Exército disse também que é contrário à estabilidade e à semana de 40 horas de trabalho"...

É neste clima que se faz possível exercer pressão sobre os menos firmes em suas convicções políticas. Todos aqueles que contam com os serviços de

divulgação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte para ser conhecidos de novos futuros eleitores, ou daqueles que sufragaram seus nomes no pleito de 1986, pensarão duas vezes antes de se manifestar em favor de uma economia saudável, na qual os trabalhadores tenham assegurados seus direitos de reivindicar e associar-se, mas em que a empresa privada seja protegida de assaltos do Estado ou das minorias sindicais atuantes. Sendo assim, é de temer o pior, quando começarem a chegar à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte as emendas assinadas por 30 mil eleitores, propondo a imissão imediata do Estado na posse das terras (produtivas ou não) desapropriadas para fazer o que se chama de reforma agrária; para cancelar o pagamento da dívida externa e outras desse teor e jaez.

Os "progressistas", que fizeram o regimento interno obrigando rádios e televisões a transmitir o que desejam, de agora em diante vão comandar a pressão sobre a Assembléia Nacional Constituinte. Quem se interpuser no caminho de seus desígnios será primeiro chamado de "conservador", depois de "reacionário" e finalmente de "inimigo da Pátria". É nesse clima que se votará a futura Carta Magna — que esperamos seja expurgada de quantos aspectos ridículos foram conservados pelo relator da Comissão de Sistematização, para não falar do ranço esquerdista que aparece em muitos artigos. Aliás, o relator Bernardo Cabral deverá dizer a que veio, no momento em que elaborar seu parecer sobre as emendas que forem oferecidas ao "monstro" de 501 artigos que é o seu anteprojeto sistematizado. A Nação, afinal, tem o direito de saber se a elaboração da Constituição foi confiada a um "conservador" ou a um "progressista", como se diz na linguagem dos que elaboram o noticiário sobre o que acontece na Assembléia Nacional Constituinte.